

Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil

Silvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt (orgs.)

**Campos dos Goytacazes
2019**

**Editora da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro
EDUENF**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

M956 Mulheres na atividade pesqueira no Brasil [recurso eletrônico] /
organização de Sílvia Alicia Martínez e Luceni Hellebrandt – Campos
dos Goytacazes, RJ : EDUENF, 2019.
382 p. : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Ebook.

Formato: PDF.

ISBN : 978-85-89479-53-0.

1. Mulheres Pesqueiras. 2. Pesca Artesanal. I. Martínez, Sílvia Alicia
(Org.). II. Hellebrandt, Luceni (Org.). III. Título.

CDD : 306.364

PARTICIPAÇÃO, COOPERAÇÃO E EMPODERAMENTO: A ATUAÇÃO DAS PESCADORAS EM PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ-AM, BRASIL

Edna Ferreira Alencar
Isabel Soares de Sousa

O artigo analisa o trabalho das mulheres e as relações de gênero em um projeto de gestão de recursos pesqueiros denominado Acordo de Pesca do Jutáí-Cleto, desenvolvido por um coletivo formado por pescadores e pescadoras que residem em quatro comunidades situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)¹, estado do Amazonas. O projeto visa promover a pesca manejada de uma espécie, o pirarucu (*Arapaima gigas*), em lagos de várzea da RDS Mamirauá.

O objetivo do artigo é destacar as formas de participação das mulheres no projeto, e apontar as percepções das pescadoras, e dos pescadores, sobre o trabalho na pesca manejada, as dificuldades, negociações e cooperações que elas utilizam para poder participar de todas as atividades e alcançar a equidade de gênero. Algumas atividades podem refletir divisões do trabalho com base em condicionantes biológicas e de gênero que ocorrem em outros contextos.

1 Criada em 1991 como Estação Ecológica de Mamirauá (EEM), pelo Decreto Lei do governo do estado do Amazonas n°. 12.836/90, com área total de 1.124.000, em 1996 foi transformada em RDS através da Lei Ordinária 2.41/96 (AYRES; MOURA; LIMA-AYRS, 1994; IDSM, 2010). Mamirauá foi primeira unidade de conservação criada no Brasil e na Amazônia, com essa categoria, na maior área de floresta inundada do Brasil.

Os dados analisados foram coletados em pesquisa que utilizou uma abordagem de gênero como referência para compreender as relações entre homens e mulheres no contexto de quatro projetos de gestão de recursos pesqueiros em lagos de várzea da região Amazônica (ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR et al., 2017). As conclusões apontam que o envolvimento das pescadoras neste projeto e sua participação em todas as atividades, assim como nos espaços de discussão e tomada de decisão sobre o acesso aos recursos pesqueiros, estão contribuindo para dar visibilidade a outras atividades de pesca que realizam ao longo do ano e para alterar a visão sobre o gênero do trabalho na pesca. Além disso, as conclusões apontam que o projeto está estimulando as pescadoras a se associarem nas organizações de pescadores – Colônia, Sindicato e Associação de Pescadores – e, dessa forma, contribuindo para a afirmação de sua identidade como pescadoras, e o acesso a informações sobre direitos sociais e previdenciários.

Embora alguns estudos realizados no Brasil apontem que as mulheres estão envolvidas na atividade pesqueira artesanal, sendo responsáveis por uma produção que visa o fornecimento de proteína animal destinada ao consumo doméstico e também para comercialização, cuja renda garante a subsistência familiar, na revisão da literatura que trata sobre a atividade pesqueira na Amazônia observamos que são raras as pesquisas que utilizam uma abordagem de gênero. Os temas estão concentrados na avaliação dos estoques, na cadeia produtiva, produção e comercialização, e a ênfase recai sobre um agente desse setor produtivo, os homens², omitindo a presença e o trabalho das mulheres, seja para o fornecimento de proteína animal para alimentação, seja para geração de renda.

Esse dado deixa evidente que a atividade pesqueira tende a ser associada à captura dos animais e, com isso, desvinculam as atividades

2 Alguns estudos sobre sociedades pesqueiras da Amazônia que são referências: Veríssimo, 1970; Furtado 1990; Furtado, 1993; Petrere Jr., 1985 e 1992; Ruffino e Isaac, 1994; McGrath, Castro e Futema, 1994; Batista et al., 1998; Vianna, 1998; Queiroz; Sardinha, 1998; Batista et al., 2004; Santos e Santos, 2005; Petrere et al., 2007; Garcez, Botero e Fabré, 2009; Rapozo, 2010.





realizadas pelas mulheres, de confecção e reparos dos materiais de pesca e de pós-captura, como o processamento e a venda do pescado. Contudo, é preciso ir além e realizar pesquisas com abordagem de gênero que produzam dados sistemáticos e com profundidade sobre as formas de trabalho e a produção gerada pelas mulheres, nas áreas costeiras ou continentais, e que analisem as relações de gênero e formas de participação das pescadoras na governança da pesca e na tomada de decisão sobre a gestão e o acesso a recursos pesqueiros, como destacam vários pesquisadores (WILLIAMS, 2008; FRANGOUEDES et al., 2008; THOMPSON, 1985; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR, 2017; LENTISCO; LEE, 2014; BRUGERE, 2014; LENTISCO; ALONSO, 2012; WILLIAMS et al., 2012; HELLEBRANDT et al., 2013).

A pesca artesanal realizada em águas interiores da Amazônia é responsável pelo fornecimento de proteína animal para o consumo familiar e para a subsistência doméstica com a comercialização de excedente. Uma característica dessa pesca é o fato de ocorrer de forma dispersa, com os pescadores espalhados por rios e lagos, e de forma casual (PAYNE, 2000), ou seja, não é realizada de forma sistemática e constante. Tais características dificultam calcular o volume da produção, uma vez que a comercialização é feita na própria área de pesca, para comerciantes que fazem a intermediação com os mercados consumidores situados nos grandes centros urbanos³. Contudo, as estatísticas da produção pesqueira elaboradas na região tendem a destacar os homens como principais agentes dessa pesqueira, e ocultam agentes importantes da pesca, como as mulheres e as crianças, que desenvolvem cotidianamente essa atividade, como apontam alguns estudos (ALENCAR et al., 2016; ALENCAR et al., 2017; SOARES, 2012; SOARES; SCHERER, 2013; DIÓGENES, 2014).

De acordo com estudos realizados pela Organização das Nações

³ O método que tem sido utilizado nas pesquisas sobre estatísticas pesqueiras realizadas na Amazônia consiste em fazer a coleta de dados sobre captura e esforço pesqueiros, através de amostras coletadas em postos de desembarque do pescado em mercados de cidades que funcionam como polos regionais. Ver Isaac, Ruffino e Mello (2000) e Ferraz (2014).

Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU, 1990; 2012; 2016a; 2016b), essa falta de informações sobre o trabalho e a produção pesqueira das mulheres faz parte da realidade das pescadoras de vários países da América do Sul, e os dados disponíveis não informam sobre suas condições de vida, ou sobre as características da sua participação e volume de produção que elas geram (FAO, 2016). Segundo o documento final da *Primeira Reunião de Pontos Focais da Rede Latinoamericana das Mulheres do Sector Pesqueiro e Aquícola*, que ocorreu no Uruguai em 2000 (Mesquita 2000), a maioria dos países latino-americanos não tem informação quantitativa sobre a situação da mulher na pesca e na aquicultura. Ainda segundo dados da FAO (2016b), devido às estatísticas priorizarem

en detalle el trabajo directo de producción en la pesca y la acuicultura realizado predominantemente por los hombres, el trabajo de las mujeres — por ejemplo en el marisqueo, el buceo, la elaboración poscaptura y la venta — no se reconoce o no se registra debidamente, pese a su contribución económica y estratégica al desarrollo del sector (FAO, 2016b, p. 12).

Outra crítica elaborada no documento é a falta de dados coletados com abordagem de gênero, e que reflete a falta de políticas públicas sensíveis às mulheres e às questões de gênero no setor pesqueiro. Nesse sentido, Lentisco e Alonso (2012, p. 106) também destacam que essa falta de pesquisa sistemática com abordagem de gênero contribui para que a “documentation of their contributions remains isolated as case studies, rarely appearing in the official statistics, due to most countries not collecting sex-disaggregated data on fisheries related matters” (WEERATUNGE; SNYDER, 2009, apud LENTISCO; ALONSO, 2012).

Com relação à caracterização da atuação das mulheres em projetos de gestão de recursos pesqueiros, Lentisco e Lee (2014) mostram que projetos de desenvolvimento que visam a gestão de recursos pesqueiros ao caracterizar o trabalho das mulheres fora das atividades de captura, ou seja, realizando atividades de pré- e pós-captura “has influenced





the manner in which gender issues have been taken into account in fisheries development projects: women are targeted through post-harvest and household support activities” (2014, p. 32). Portanto, é necessário recorrer a uma abordagem de gênero que seja capaz de alterar a maneira como se analisa o trabalho das mulheres na pesca, ampliando a observação para perceber formas de atuação nos projeto de desenvolvimento da pesca, procurando identificar se, e como, elas estão participando dos mecanismos e processos de tomada de decisão que envolvem as ações de gestão e governança da pesca artesanal (LENTISCO; LEE, 2014, p. 35), e também se tem acesso equitativo aos recursos pesqueiros e à renda.

Metodologia

Os dados utilizados neste artigo são parte de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2014 e 2017 com o objetivo de elaborar o perfil sociodemográfico e caracterizar a forma de participação das pescadoras em quatro projetos de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidos nas RDS Mamirauá e Amanã, estado do Amazonas⁴ (ALENCAR; 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015). A pesquisa utilizou métodos qualitativos e quantitativos para a coleta de dados, que se constituiu na realização de entrevistas formais, na aplicação de um questionário e no acompanhamento de várias atividades que são desenvolvidas no contexto do projeto ao longo do ano. No total foram 116 pescadoras, dentro de um universo de 144; pescadores que atuam na coordenação de projetos e lideranças de

⁴ Os quatro projetos de manejo de recursos pesqueiros são desenvolvidos em lagos situados no território das RDS Mamirauá e Amanã e são geridos por associações formadas por grupos de pescadores pertencentes a várias comunidades dessas duas RDS: o Acordo de Pesca do Jutai-Cleto, o Acordo de Pesca do Jarauá, o Acordo de Pesca do Caruara, todos na RDS Mamirauá; e o Acordo de Pesca do Paraná Velho, na RDS Amanã. Os projetos contam com a assessoria técnica do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, através do Programa de Manejo de Pesca (PMP). Os pescadores e pescadoras estão filiados às Colônias de Pescadores Z-23 de Alvarães, Z-4 de Tefé, Z-32 de Maraã, e ao Sindicato de Pescadores de Maraã e de Alvarães (ALENCAR et al., 2017).

organizações de pescadores – Associações e Colônias de Pescadores dos municípios de Tefé, Maraã e Urani – aos quais pescadoras e pescadores estão vinculados.

Para avaliar a atuação das mulheres nesses projetos de gestão de recursos pesqueiros, a pesquisa adotou uma metodologia com enfoque participativo em gênero que tem sido aplicada em projetos de gestão de recursos naturais de base comunitária⁵ que visam promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e de gênero (SCHMINK, 1999; AGUILAR; VALENCIANO, 1999). De acordo com Aguilar e Valenciano (1999), a abordagem de gênero é importante uma vez que nesses projetos “mujeres y hombres tienen necesidades, percepciones y realidades diferentes según su género/sexo, edad y visibiliza también las relaciones de poder al interno de la comunidad” (AGUILAR; VALENCIANO, 1999, p. 11). Portanto, a pesquisa considerou que o coletivo que desenvolve o projeto de manejo de pirarucus, o Acordo de Pesca do Jutaí-Cleto, não forma um grupo coeso, sendo necessário caracterizar as atividades das mulheres, os espaços de atuação e participação na tomada de decisões sobre a gestão dos recursos pesqueiros, e identificar questões de poder, de negociação e de resistência, conceitos centrais para compreender as relações de gênero em projetos de gestão de recursos naturais.

Para Lentisco e Alonso (2012), o uso de uma abordagem de gênero em projetos que visam o uso sustentável de recursos naturais pode contribuir “para alterar a visão sobre o gênero da pesca ao deslocar o foco para outros sujeitos que participam dessa atividade; e também contribuir para o reconhecimento dos papéis que as mulheres desempenham na pesca artesanal e para subsidiar políticas públicas para o setor (2012, p. 107). Eles também apontam alguns fatores que devem ser considerados na execução de projetos desse tipo, dentre os quais destacam: “improvement of social networks, promotion of

5 Uma característica dos projetos de manejo de recursos naturais com base comunitária é buscar o envolvimento da população local e incentivar a conservação; buscar reduzir o impacto negativo do uso dos recursos através do manejo comunitário adicionando valor aos recursos (BODMER et al., 1997, apud SCHMINK, 1999) e buscar garantir benefícios para que os manejadores conservem seu modo de vida e, ao mesmo tempo, contribuam para a conservação ambiental (SCHMINK, 1999).



women's leadership and business skills, improved access and control over resources and social capital, among others" (LENTISCO; ALONSO, 2012, p. 105).

Nesse sentido, o projeto de manejo analisado neste artigo se enquadra neste tipo de projeto, cuja especificidade é promover a administração da pesca pela construção de um sistema de governança ambiental, fundado na cooperação, na equidade de gênero no acesso aos recursos naturais e repartição dos ganhos, e criando as condições para que as mulheres participem do processo de construção e desenvolvimento (ALENCAR, 2013; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015; ALENCAR et al., 2017). O acesso aos recursos pesqueiros por parte das mulheres tem relação com a situação econômica e o lugar que ocupam na cadeia produtiva da pesca, e também no contexto das comunidades. A escassez desses recursos afeta a vida de toda a família e tem implicação sobre o trabalho das mulheres, que precisam recorrer a várias atividades visando obter a renda necessária para garantir a subsistência da família.

Características dos projetos de manejo de recursos pesqueiros na RDS Mamirauá-AM

A pesca de pirarucus (*Arapaima gigas*) tem sido praticada na região Amazônica desde o período colonial. No século XVI foram criados os *pesqueiros reais* com o objetivo de tornar a pesca uma fonte de recursos financeiros sob o controle da Fazenda Real (VERÍSSIMO, 1970; FURTADO, 2002; MONTEIRO, 2010; SOARES, 2012). Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a estimativa do volume de carne seca e salgada de pirarucu desembarcada no porto de Belém, Pará, oriunda das áreas de várzea da Amazônia, foi estimada em cerca de 1.300 toneladas por ano (QUEIROZ, 2000). Contudo, na década de 1930, o volume dessa produção desembarcado nesse mesmo porto recuou para 300 toneladas (MENEZES, 1951, apud QUEIROZ, 2000, p. 32), fato que pode ser interpretado como um indicativo da redução expressiva dos estoques dessa espécie provocada pela exploração intensiva (QUEIROZ, 2000).

Nos anos 1970 a pesca intensiva realizada por pescadores urbanos, os *peixeiros*⁶, que capturavam tanto os animais adultos quanto juvenis, teve grande impacto sobre os estoques de pirarucu nos lagos dessa região, fazendo com que os órgãos ambientais como o IBAMA-AM adotassem algumas ações, visando proteger essa espécie⁷. A partir de então a pesca, a comercialização e o transporte desta espécie somente pode ser realizada com a autorização deste órgão, mediante a elaboração de um plano de manejo (QUEIROZ; SARDINHA, 1999; AMARAL et al., 2011).

No início dos anos 1990, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e os moradores das comunidades situadas nessa unidade de conservação foram incentivados a desenvolver projetos de gestão de recursos pesqueiros. Em 1999 foi elaborado o primeiro projeto de manejo de pirarucus na RDS Mamirauá⁸ executado por um coletivo de pescadores formado por moradores de várias comunidades situadas nessa RDS, e contou com a assessoria de pesquisadores e técnicos do Instituto Mamirauá (IDSM).

Atualmente, existem onze projetos sendo desenvolvidos com apoio técnico do Instituto Mamirauá, formados por coletivos de pescadores que residem nos pequenos povoados situados nas RDS Mamirauá e Amanã,

6 Segundo Souza e Val (1990), dados da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Amazonas (SUDEPE/ AM) mostraram que essa produção “passou de 1.751 toneladas em 1984 para 310 toneladas em 1988. Estes dados oficiais, porém, são controversos. Ao que parece, a produção vem sendo subestimada: sendo proibida a comercialização de animais com comprimento inferior a um metro e meio, as ‘mantas’ da carne de animais com comprimento inferior não seriam registradas” (SOUZA; VAL, 1990, p. 10).

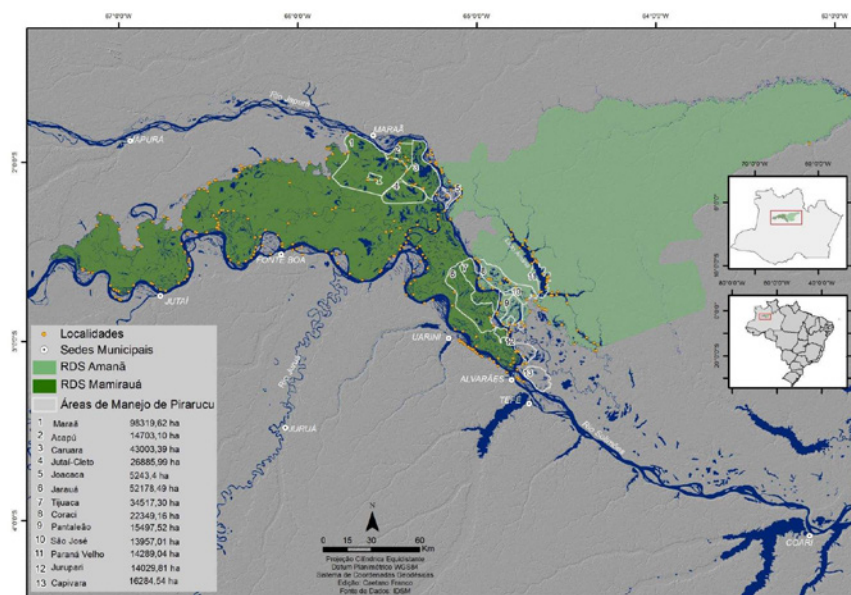
7 Em 1989, o IBAMA elaborou uma Portaria (IBAMA N°1534/89, de 20/12/89) estabelecendo um tamanho mínimo de captura dos pirarucus em 150 cm de comprimento total (AMARAL et al., 2011). Em 1991, criou novo decreto visando proteger o período reprodutivo, proibindo totalmente a pesca entre o dia 1° de dezembro e o dia 31 de maio (Portaria IBAMA N° 480, de 04/04/1991). Em 1996, outro decreto proibiu a pesca comercial de pirarucus por um período de cinco anos, o que levou a inclusão desta espécie na categoria de espécies ameaçadas de extinção (SANTOS; SANTOS, 2005; AMARAL et al., 2011).

8 Denominado de Projeto de Comercialização do Pescado (CPC) do Jarauá (ABREU, 2015), elaborado a partir de conhecimentos científicos produzidos por pesquisadores e conhecimentos tradicionais dos pescadores que geraram informações sobre os aspectos sociais e culturais da pesca de pirarucus, sobre a biologia e a ecologia da espécie, sobre as particularidades dos ambientes que servem de habitat dentre outros (QUEIROZ, 2000; CASTELLO, 2004; ARANTES et al., 2010).



e também nas áreas urbanas dos municípios de Tefé, Alvarães, Maraã e Uarini. Uma característica dos projetos é serem realizados por um coletivo de pescadores e pescadoras, residentes nas RDS Mamirauá e Amanã, ou usuários que residem na área urbana ou rural (AMARAL et al., 2011).

Figura 01. Mapa das RDS Mamirauá e Amanã com as áreas onde ocorrem os projetos de manejo de pirarucus.



Fonte: IDSMP/PMP (2016)

Anualmente o IBAMA-AM autoriza a captura de certa quantia de peixes, a *cota*, cujo calculo é elaborado após o levantamento, no ano anterior, dos estoques dos animais nos lagos em regime de manejo⁹. O cálculo das quotas individuais, ou seja, a quantidade de peixes que cada participante do

⁹ A *cota* corresponde a apenas 30% dos pirarucus adultos contados nos lagos, conforme Instrução Normativa N° 34-2004/IBAMA. Os outros 70% dos adultos servem para reprodução e manutenção da espécie (AMARAL et al., 2011).

projeto deve receber é feita com base na sua participação nas várias atividades que são realizadas ao longo do ano. No projeto em análise as atividades são as seguintes: a) as reuniões mensais, as assembleias; b) a vigilância dos ambientes; c) a contagem dos animais nos lagos, para estimar a cota; d) a pesca dos peixes nos lagos manejados; e) evisceração e monitoramento da produção – pesagem, medição, colocação do lacre nos peixes; f) comercialização. Cada uma dessas atividades recebe um peso, de acordo com sua importância para o êxito do projeto, cuja somatória equivale a 100%.

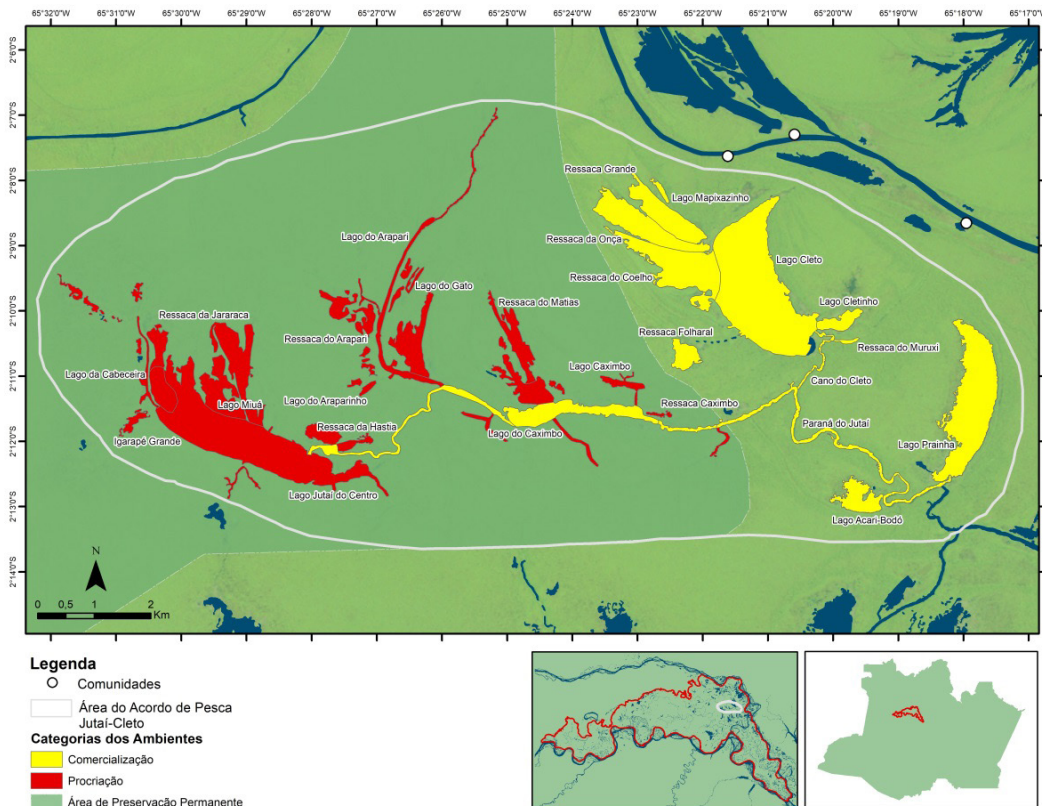
Assim, para garantir a equidade na divisão dos peixes entre os manejadores e manejadoras, o coletivo elabora um conjunto de normas e critérios de participação que constam em um documento, o Regimento Interno (RI), que também prevê a perda de parte da quota individual, caso essas normas sejam infringidas. Embora a cooperação e a equidade sejam conceitos que norteiam a construção e execução do projeto, isso não significa que o coletivo de manejadores seja um grupo monolítico, pois conflitos de interesses existem e podem estar associados a conflitos diversos, tais como disputas por territórios pesqueiros (ALENCAR; SOUSA, 2012).

A forma de participação das mulheres na pesca manejada de pirarucus

No projeto de manejo Acordo de Pesca do Jutáí-Cleto, as atividades que ocorrem ao longo do ano são as seguintes: a) assembleias mensais dos sócios do projeto; b) vigilância/proteção diária dos ambientes manejados; c) contagem anual dos animais nos lagos, para estimar a cota; d) a pesca anual dos animais nos lagos na época do verão; e) a evisceração dos peixes antes de serem postos para gelar; f) monitoramento dos animais – pesagem, medição, colocação do lacre com identificação da origem, como sendo de área de manejo; g) comercialização. A participação das mulheres em todas as atividades está prevista no Regimento Interno. Contudo, a forma como o trabalho é organizado para a execução dessas atividades deixa evidente alguns marcadores de gênero, que influenciam na forma de participação e na frequência.



Figura 02. Área onde é desenvolvido o projeto de manejo Acordo de Pesca do Jutai-Cleto, RDS Mamirauá.



Fonte: IDSM/PMP (2018)

As mulheres realizam a maioria dessas atividades em parceria com os maridos, com filho/as ou outros homens e mulheres de seu grupo familiar. Mas existem atividades que elas assumem a responsabilidade por sua execução, como preparar e garantir a logística que dará suporte às atividades de captura dos peixes que ocorrem no verão nos lagos. Assim, elas são as

principais responsáveis pela montagem e manutenção dos acampamentos¹⁰, pela lavagem das roupas de todos os membros da família, pelo preparo dos alimentos, a coleta de água da chuva, etc. Tais atividades, geralmente associadas ao gênero feminino, implicam numa sobrecarga de trabalho para as mulheres, enquanto os homens dispõem de mais tempo para realizar a pesca no lago. Contudo, como veremos adiante, na percepção dos homens, trata-se de uma atividade de cooperação, pois eles, homens, somente podem realizar a pesca se essa logística funcionar.

Na pesca que ocorre nos lagos as mulheres atuam como membro das equipes de pesca juntamente com os maridos, filhos, pais, irmãos e genros. Aquelas que não se envolvem diretamente na captura dos animais, por motivos diversos, ficam com a responsabilidade de preparar as refeições e as merendas – café, sucos ou refrigerantes – e fornecer água fresca aos membros da sua equipe de pesca. Elas acompanham os membros da equipe durante todo o dia, utilizando uma canoa grande, onde se pode encontrar um fogão a gás, utensílios domésticos, recipientes com água, etc. Para se protegerem do sol elas usam chapéus e grandes sombrinhas. E, quando necessário, elas também participam diretamente das pescarias, colocando a rede na água, recolhendo a rede, arpoando os pirarucus e fazendo o transporte dos animais até a base de logística onde serão medidos, pesados e eviscerados para serem colocados no gelo.

Dificuldades para realizar o trabalho na pesca manejada

As pescadoras entrevistadas apontaram algumas dificuldades que encontram no trabalho da pesca manejada, que podemos classificá-las como sendo de natureza cultural e ambiental. No primeiro caso,

10 Como os lagos onde ocorrem a pesca estão situados em locais distantes das comunidades, os manejadore(a)s têm dificuldades para fazer o deslocamento diário entre os dois espaços. Assim eles optam por fazer acampamentos para abrigar toda a família durante a temporada da pesca. São construídas barracas às margens dos lagos, nos pontos mais elevados, com uso de madeira retirada no local para fazer a armação, e lonas de plástico para cobrir e forrar o chão para evitar que a água da chuva molhe os mosquiteiros e demais objetos de uso da família. Ver Alencar e Sousa (2016).



destacamos a dupla jornada de trabalho, conforme mencionado acima. Após retornarem da pesca ao final do dia, elas terão que preparar o jantar, lavar as roupas usadas durante o dia por ela, filhos e marido, ou colocar as roupas de molho para lavar no dia seguinte. Uma estratégia adotada por elas para otimizar o trabalho é acordar mais cedo para fazer essas tarefas. Assim, quando o dia amanhece, é possível ver os varais com roupas a secar estendidos em frente aos acampamentos.

Algumas pescadoras podem não participar das pescarias que ocorrem nos lagos e visam a captura de pirarucus, seja porque estão doentes, sem condições físicas para realizar o trabalho árduo de pescar durante todo o dia, e sob o sol forte, seja porque precisam cuidar de filhos pequenos, ficando responsáveis por cuidar dos acampamentos, dos filhos ou netos pequenos. Algumas mulheres que possuem filhos pequenos encontram resistência dos maridos de participar dessa atividade, por considerarem que a pesca *é muito sofrida* para as mulheres. Nesses casos, é comum ouvir críticas a esses homens feitas por mulheres que atuam em todas as atividades, por entenderem que eles buscam proteger suas esposas, enquanto *se aproveitam* do trabalho das outras mulheres de seu grupo de parentela, por exemplo, para ter roupas lavadas e a comida pronta.

A nossa área aqui tudo... as mulheres vão também pescar... Elas vão ajudar nós a pegar o peixe para fazer a comida. O serviço delas é ajudar na comida, mas na hora de pegar o peixe no lago elas participam. Ai elas já estão ganhando a parte delas. E aí se, por acaso, elas não querem ficar na beira, querem é tá na canoa grande, aí pula na popa da canoa e vamos tirar o peixe da malhadeira. Ai elas já estão ajudando de novo. É assim [...] *Elas vão fazer a comida e depois já vai ajudar nós, quando tão desocupadas. Ai já fica todo mundo junto pescando de novo [...]* (Sr. D. S. comunidade S. F do Boia, 2015).

A nossa ajuda, na nossa área de pesca, é assim. Nós faz os acampamento com lona, e deixa nossas coisinhas tudo debaixo. Ai tem horas que nós acompanha eles e tem horas que nós fica no acampamento pra fazer o café pra eles, pra fazer uma comida pra eles. Porque enquanto eles estão lá na pesca, eles não podem fazer

comida pra comer. Então, nós que somos mulher, nós que faz o café, enche a garrafa. Ai eles vêm rápido e leva a garrafa com o frito. E quando não, nós assa o peixe rápido e eles já levam uma comida. E quando eles não podem vir a gente embarca na canoinha e vamos deixar lá pra eles, porque eles não podem deixar a malhadeira, pode o bodeco [filhote de pirarucu] entrar e morrer. Ai tem que ficar cuidando a malhadeira (Sra. R.M. comunidade S. F do Boia, 2015).

No que se refere aos fatores ambientais, as dificuldades estão relacionadas às condições climáticas como a chuva ou o sol intenso e o calor. A localização dos ambientes (lagos), geralmente distantes dos acampamentos, obriga os pescadores e pescadoras a permanecerem longos períodos sob o sol e a chuva. Outra dificuldade é o fato de alguns lagos não se comunicarem diretamente com outros cursos de água, obrigando-os a fazer parte do percurso por terra, pelo *varador*, carregando as canoas nas costas, para acessá-los, ou até mesmo fazendo o transporte dos peixes.

Apesar dessas dificuldades, a percepção das mulheres e homens sobre o trabalho na pesca manejada revela um paradoxo. De um lado, avaliam essa atividade como sendo *um trabalho dificultoso*, marcado pelo sofrimento, pelo cansaço. De outro, é visto como um tempo de divertimento, tempo de encontrar pessoas.

A mulher que é ajudante do esposo, ela passa o dia todo na proa da canoa. Quando não é na proa, é na popa. É o dia inteiro no lago. Ai o nosso marido vai explicando quando é pra soltar... É por aqui... Ai vai, vai... Agora arrodia pra cercar. Às vezes eles não têm muita paciência. Às vezes dão carão quando a gente erra. Mas é assim, às vezes discute um pouquinho. Ai faz de novo... Mas é divertido!! (Sra. L. comunidade S. F. do Boia, 2016).

Divertido assim, porque tá tirando aquele peixe e você sabe que você vai ganhar dinheiro. E é muita gente, aquela animação toda! Se eu chegar a tirar o meu peixe todo eu sei que eu vou tirar o meu dinheiro. Ai fica toda aquela alegria. Quando chega a noite, monta o acampamento, vai para o flutuante, outros ficam lá, naquela diversão deles toda! (Sra. N. C. comunidade S. F. do Boia, fev. 2015).



Elas gostam mesmo de estar lá, na pesca! A gente pede pra fazer a comida, mas elas querem estar lá na pescaria. É muito animada a pescaria, Deus me livre!! Vendo aqueles peixão, um monte, os cara matando. Acho muito animado! É animado! E as mulheres daqui, elas gostam mesmo! E se dizer pra elas não ir, elas vão achar ruim. Elas querem tá lá. Elas querem ficar todos juntos. É animado a pescaria! Quando o pessoal é mais pouco fica demais triste, fica tudo desanimado. E com muita gente não, tudo é animado! E um ajuda o outro. Não tem nada difícil. (Sr. D. S. comunidade S. F. do Boia, 2015).

Algumas pescadoras aprenderam a pescar com os pais quando ainda eram crianças, enquanto outras aprenderam a pescar quando adultas, com os esposos, após o casamento¹¹. A Sra. N. e suas irmãs M. e M. L., por exemplo, foram iniciadas na pesca quando crianças pelo pai que lhes ensinou a realizar vários tipos de pesca ao acompanhá-lo nas pescarias¹², e na fase adulta, continuaram a realizar a pesca como membro da equipe do pai, até o casamento. Elas dominam as técnicas de pesca de pirarucu que exige um conhecimento especializado do ambiente e da

11 Dados de pesquisa realizada com 116 manejadoras mostram que 24% iniciou o aprendizado na pesca com idade inferior aos 10 anos de idade; 65% com idade entre 10 e 18 anos. Essa faixa etária coincide com a idade em que as meninas assumem parte da responsabilidade de realizar a pesca voltada para a alimentação da família. Desse número total, cerca de 60% afirmaram que aprenderam a pescar com os pais, 23% com os maridos e 11% que aprenderam com os irmãos. Ou seja, a maioria das pescadoras teve figuras masculinas como mestres na iniciação na pesca. Apenas 12% afirmaram que o aprendizado ocorreu com a mãe (ALENCAR et al., 2017).

12 Situação análoga foi identificada por Rose Gerber em 2013 com pescadoras do litoral de Santa Catarina. Das 22 pescadoras com as quais interagiu, com idade entre 22 e 70 anos, “a maioria [foi] iniciada na pesca muito cedo com seus pais, entre os 8, 9, 10 anos de idade. Duas são viúvas; as demais são casadas. Algumas alternam o tipo de pescaria, dependendo da época do ano e se possuem redes apropriadas [...] Trata-se de mulheres cujas trajetórias são pautadas por dificuldades econômicas, de pobreza. Meninas que saíram da escola, pois tinham que trabalhar e que hoje são, as mais velhas, semi- ou totalmente analfabetas [...] Geralmente são as filhas mais velhas e foram chamadas sem que lhes perguntassem se queriam ou gostariam de trabalhar na pesca. Precisavam delas. E elas foram [...] Outras tiveram os maridos como seus mestres no aprendizado. Algumas foram, por sua vez, as mestras deles. Diziam-me que se acostumaram com o ofício. Ou que é só isso que sabem fazer” (GERBER, 2014, p. 50).

ecologia dessa espécie, que lhes permite realizar com êxito as pescarias. O aprendizado também implicou dominar diferentes tipos de técnicas de pesca e materiais (tecnologias) usadas nas pescarias, e a confeccionar alguns deles: tecer e consertar as redes de pesca; preparar espinhéis e os anzóis usados para fazer a pesca de caniço, dentre outros.

Quando nós era solteira, a gente ia pescar com o papai. Ele não tinha filho homem, era só nós de mulher. Aí ele levava a gente pra pescar de anzol, pescar de curral... Mas naquele tempo era só nós três, quatro com ele, porque ele não tinha filho homem, era só nós. Era eu, a M. e a M. N. A mamãe às vezes ia fazer comida pra nós, mas não pra botar malhadeira, arpoar de hástia. Então, por que que a gente sabe arpoar de hástia? Porque ele colocava a gente pra arpoar, pescar com ele, varar canoa, era assim [...] Porque ele não tinha filho homem, depois que ele veio ter. Mas a gente estava tudo grande [...] Nós cansamos de apanhar, assim, pegar carão do papai, pra gente aprender como tecer uma malhadeira, remendar. Tudo isso ele fazia pra nós (Sra. N. C. comunidade S. F. do Boia, 2015).

Em várias regiões pesqueiras da Amazônia a pesca de pirarucus está associada aos homens, e o processo de aprendizagem das técnicas de pesca se configura como um tipo de rito de iniciação masculina, como destacou Murrieta (1999)¹³. O exemplo acima deixa evidente que as estratégias utilizadas pelo grupo doméstico para garantir sua subsistência implica alterar os marcadores de gênero ao iniciar as mulheres nas artes da pesca dessa espécie. Esse dado é importante para compreender os processos de ressignificação que estão ocorrendo no contexto dos projetos de manejo, cuja forma como está organizado o trabalho na pesca manejada permite que sejam alterados os espaços tradicionalmente ocupados pelos homens.

13 Em instigante artigo em que analisa as práticas e significados que envolvem a pesca de pirarucus na região do Baixo Amazonas, estado do Pará, Murrieta (1999) afirma que essa atividade é essencialmente masculina, e o processo de tornar-se um pescador de pirarucus pode ser compreendido como um verdadeiro rito de iniciação masculina, e de afirmação de um ethos de pescador. Afinal, não é todo pescador que tem capacidade e habilidade de tornar-se um pescador de pirarucus.



Da invisibilidade ao reconhecimento do trabalho como pescadora

As mulheres que participam do projeto de manejo de pirarucus realizam outras atividades de pesca ao longo do ano, que ocorrem em ambientes distintos e com uso de diversos tipos de materiais. No inverno elas realizam a pesca nos lagos, nas áreas de igapó, e no verão a pesca se concentra no rio, em parceria com esposos e filhos, e são responsáveis pelo trabalho de pré- e pós-captura, pela confecção e reparos dos materiais, e beneficiamento do pescado para ser comercializado. Parte da produção dessas pescas visa suprir as necessidades de consumo da família, e parte se destina ao mercado, sendo comercializada na própria comunidade ou, quando possível, nas áreas urbanas. A produção gerada por essa atividade é de grande relevância para a subsistência da família, mas a falta de materiais de trabalho – canoas, redes malhadeiras etc. – dificulta a regularidade da pesca e, conseqüentemente, essa variação na frequência da atividade faz com que esse trabalho não seja valorizado. As pescadoras, por sua vez, não se reconheciam como profissionais.

Durante o ano a pesca que a gente faz é pacu, que é na frente da comunidade, na [rede] tramalha. Também pesca pirapitinga. Eu vou com meu marido pra enseada pescar. Aí esse produto aí que a gente pesca – pirapitinga, pacu, a matrinchã – é pra levar pra cidade, pra vender. Esses peixes dá muito e eu gosto de pescar com ele. Eu gosto de pescar quando a malhadeira fica logo cheia, e quando não tá dando nada, meu Deus do céu...! (Sra. D. G. comunidade S. F do Boia, 2015).

Muitas vezes a gente pensa que a pescaria da mulher é só quando a gente fala de manejo de pesca, mas é porque as pessoas só visam à pesca do pirarucu [...] Hoje o que faz a gente dividir essa parte da mulher não ser valorizada pelo homem, é porque ele só pensa na pesca do pirarucu, não pensa que ela pesca outros peixes, né, e bem fácil. Ela coloca a malhadeira e pega pacu, curimatã e pega outros peixes. E muitas vezes o peixe é vendável, né. Mas a gente não contabiliza isso, e não considera que ela

é profissional naquilo lá. Só contabiliza se for o pirarucu. É que nós já se criamos assim com essa mentalidade, que pra mulher ser pescadora tem que matar o pirarucu. Mas não é. Ela pescando qualquer tipo de espécie de peixe ela é pescadora (Sr. E. O. Mapixari, jan. 2015).

Essa pesca cotidiana e sazonal que as mulheres realizam ainda é invisibilizada para os elaboradores de políticas públicas e, até mesmo, para as organizações de pescadores e pescadoras. Essa invisibilidade é reforçada pela ausência de estudos que apontem o volume dessa produção ou a renda que ela gera. No contexto do projeto de manejo aqui analisado, constatamos que a participação das mulheres na pesca manejada está contribuindo para uma mudança significativa nos espaços de atuação das mulheres na pesca, e lançando luz sobre as outras modalidades de pesca que realizam. A pesquisa apontou que elas estão investindo parte da renda obtida com a venda do pirarucu na compra de materiais de trabalho como redes malhadeiras, canoas, arpões etc. Esse fato deixa evidente o processo de profissionalização da atividade e de tomada de consciência sobre sua identidade de pescadora.

A nossa pesca daqui, cada uma de nós, eu e as outras que estão envolvidas aqui [...] agora a gente já tem material. Quando não tinha ficava adulando um e outro. Agora já tem, e tudo depende da saúde da gente [...] Eu tenho a minha hástia, minha canoa, meu remo, tenho minha arpoeira. Aí na época do manejo para tirar o pirarucu a gente vai pra lá pro lago, e quando eles necessitam da gente na canoa deles para soltar malhadeira, pra colocar pra cercar o peixe, aí a gente vai pra ajudar eles. Aí quando eles terminam de cercar o peixe aí a gente fica arpoando no meio [do lança]. Aí a gente tira o pirarucu tudinho do cercado que a gente faz com eles. Porque é cada qual na sua canoa [...] Aí quando termina de tirar o material d'água a gente vai pra outro local (Sra. N. comunidade S. F. do Boia, 2015).

Além de poder comprar seus próprios materiais de pesca, as pescadoras também estão recorrendo a várias estratégias para otimizar



o trabalho na pesca, deixando de depender da disponibilidade de materiais do marido ou de terceiros. Nesse sentido, é comum que formem parcerias com outras mulheres de seu grupo familiar, ou com filhos e filhas e, dessa forma, tenham autonomia em termos de tomada de decisão para realização do trabalho, e aumentem sua produtividade. Essa autonomia inclui a decisão de escolher os locais onde realizam as pescarias e as horas mais adequadas, de acordo com as outras demandas que precisam atender. Portanto, para as pescadoras, realizar a pesca sem ter uma canoa ou não ter capacidade de tomar decisões são aspectos considerados negativos porque interferem na produtividade final da atividade.

A única coisa que eu não gosto de fazer na pesca é andar em popa. Pra pescar não. Eu não gosto de andar em popa de ninguém! Não fico assim satisfeita não. Como aconteceu agora nessa pesca do tambaqui, se eu tivesse na minha canoa, eu tinha pescado mais do que meu marido. Ele tinha pegado uma sueca de mim tranquilo. Mas mesmo na popa, eu ainda pesquei mais do que qualquer um que tava na proa [...] (Sra. M. comunidade S. F do Boia, 2015).

A gente tem que estar comprando a malhadeira já pensando nas pescarias que vão ter. Assim, por exemplo, no ano que vem, tem a pesca da sulamba¹⁴. Eles falaram que iam negociar esse ano, então a gente já preveniu, aí foi pra Tefé e trouxe mais um pano de malhadeira. Agora na pesca da sulamba, eu não vou ficar no monitoramento, eu vou pra canoa pescar, também. Vai eu e ela [vizinha] pra pescar, pra ver quem pega mais! Quem vai pegar mais se é a mulher ou os homens! (Sra. D. G., comunidade S. F do Boia, 2015).

A participação das mulheres na pesca manejada está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pescadoras e sua família. O acesso a uma renda regular cria condições para que a família realize projetos que vêm amadurecendo há vários anos tais como o acesso

14 *Osteoglossum bicirrhosum*.

a bens materiais, comprar uma canoa, um gerador de eletricidade, comprar uma casa na cidade, ou reformar as casas que já possuem.

Porque esse manejo foi uma coisa muito boa que aconteceu pra nós ribeirinhos. Antes a gente não tinha essa renda todos os anos. E agora, graças a Deus, com toda dificuldade, mas a gente tem essa renda. Foi muito bom. Muito bom mesmo. A gente tem como comprar os objetos da gente que antes a gente não tinha uma televisão, não tinha certas coisas que a gente tem hoje de objeto pra dentro de casa. Tudo que as pessoas tem hoje em dia na cidade a gente já tem no interior (Sra. L. comunidade S. F do Boia, 2015).

A construção da equidade de gênero na gestão de recursos pesqueiros

É possível afirmar que os projetos de manejo, ao incluir em suas ações uma perspectiva de gênero, criaram condições para que as pescadoras tenham os mesmos direitos que os homens, participem de todas as atividades e das tomadas de decisão sobre o uso dos recursos pesqueiros. Essa equidade está registrada no Regimento Interno (RI), um documento que define as regras de funcionamento do projeto de manejo, cuja elaboração conta com a participação de todos os sócios e sócias que desenvolvem o projeto.

Contudo, algumas pescadoras encontram dificuldades para participar de todas as atividades, principalmente das atividades que exigem afastamento das casas por vários dias, como as atividades de vigilância dos ambientes onde é realizada a gestão da pesca, seja pela resistência de seus companheiros ou pelo fato de ter filhos pequenos. Uma estratégia utilizada para contornar essas limitações é criar grupos de vigilância formados por casais, ou marido, esposa e filhos. Assim, elas podem levar as crianças menores para os acampamentos ou bases de apoio e iniciá-las nesse trabalho de proteção da natureza.

A presença e o protagonismo das mulheres na pesca manejada de pirarucus têm sido marcada por controvérsias, e nos permite



compreender a inter-relação entre relações de gênero e divisão do trabalho na pesca, concepções sobre masculinidade e feminilidade, das atribuições dos papéis que cabem a homens e mulheres. Do ponto de vista das relações de gênero, as pescadoras estão cada vez mais reivindicando espaço nas tomadas de decisão e a valorização das atividades que realizam como sócias dos projetos de manejo (ALENCAR, 2013; ALENCAR; SOUSA, 2014; ALENCAR; PALHETA; SOUSA, 2015; ABREU, 2015; MIRANDA, 2015; PALHETTA, 2016; SILVA, 2016; SANTOS, 2017).

Então, é por isso que eu falo assim, que elas viviam tipo excluídas do próprio grupo. Às vezes, do marido, que nem conhecia que ela era a força dele também, ajudando lá a secar o peixe né, que ele só tinha o dever de pescar. Pescava, trazia o peixe: “– Tá aqui, fica aqui secando o peixe que eu vou atrás de outro de novo”. Quem cuidava era ela, com os filhos, em casa né. Aquela luta delas ali eles não consideravam isso... Pra gente aquilo lá era tipo assim, a mulher tem só que cuidar do fogão lá, fazer o café, a comida e lavar roupa. Esse é o dever dela. Tipo uma obrigação que as pessoas criavam. Hoje descobriram que não é daquela forma, que hoje ela está atuando com essa força muito grande assim, e diz que “Agora nós somos pescadoras mesmo.” (Sr. E. O. Mapixari, jan. 2015).

Algumas mulheres que se destacaram na captura de pirarucus nos lagos receberam prêmios por terem pescado o maior animal. Fatos como esse reforçam o protagonismo das mulheres na pesca maneja, mas também suscitam comentários irônicos proferidos por alguns pescadores, às vezes seus próprios parentes, quando buscam causar algum tipo de constrangimento aos maridos dessas pescadoras. Dentre os comentários mais recorrentes destacamos: “Elas sabem mais de pesca do que os próprios maridos”; ou que “Ela pesca que nem um homem”; ou, ainda, “Elas ensinaram os maridos a pescar porque quando casaram, eles não sabiam pescar”. Contudo, é possível interpretar tais comentários como sendo uma forma de contestar uma inversão de valores, que diz respeito à entrada das mulheres em um espaço de atuação tido como

predominantemente masculino, para realizar uma pesca que está fortemente associada à afirmação da identidade de pescador.

Tem homem que sempre que é preconceituoso, que diz que a mulher “– Que que vai fazer no lago?” E diz que ela não garante... Mas tem uns que diz assim: “– Essa mulher sabe mais pescar do que um homem”. E sempre eles ajuda a mulher. Mas tem uns que quer derrubar as mulher. Muitas vezes na reunião ainda aparece um desses, só que as mulheres não se calam um só minuto, quando estão na reunião. Elas falam mais do que os homens [...] Porque a gente não se cala um minuto nas reunião (Sra. N. C. comunidade S. F do Boia, 2015).

Vale ressaltar que esse protagonismo das mulheres não pode ser traduzido em mudanças significativas nas relações de poder entre os gêneros. De acordo com P. Thompson (1985) a divisão sexual do trabalho em comunidades pesqueiras e o caráter do trabalho que as mulheres desenvolvem nem sempre refletem de maneira positiva em sua posição social no contexto das comunidades. A imagem dos homens na atividade pesqueira está estreitamente dependente do trabalho que as mulheres realizam em terra, pois quando estes se ausentam são elas que assumem a responsabilidade pelo sustento da família, o que poderia ser entendido como sendo uma evidência de que elas possuem certo poder (THOMPSON, 1985, p. 03).

Assim, o fato de as mulheres participarem em condições de igualdade aos homens, ou seja, poder pescar o mesmo número de peixes, caso atendam a todos os critérios estabelecidos para os sócios do projeto de manejo pelo Regimento Interno, e obter uma renda proporcional, sinaliza a construção de uma relação de equidade no contexto de um projeto de gestão de recursos pesqueiros. Contudo, isso não necessariamente deve ser interpretado como evidência de que elas estão alterando as relações de poder no contexto das relações familiares e das relações no contexto do grupo social onde vivem (ALENCAR; SOUSA, 2014).

A busca da equidade de gênero em todo o processo está permitindo



que as mulheres ocupem o espaço antes dominado pelos homens, e mostra a necessidade de repensar a associação desse tipo de pescaria com o gênero masculino, assim como os marcadores de gênero nos demais espaços e atividades que fazem parte desse projeto. A presença das mulheres em uma modalidade de pesca considerada masculino tende a afetar duplamente os atributos do papel masculino: de pescador – atividade à qual vincula sua identidade, seu *ethos* –, e o papel de provedor, ao permitir que as mulheres tenham oportunidades iguais de obter renda e, inclusive, ter autonomia para administrar essa renda. Também mostra como a reprodução dos papéis de gênero no contexto da pesca artesanal deve ser analisada atentando para as exceções, que permitem desconstruir pressupostos e preconceitos estabelecidos, como propõe Strathern (2006), e permite a equivalência e a substituição de gênero na realização de diversas atividades (ALENCAR, 1991), ou seja, *todos dois é uma coisa só*, como pode ser percebido a partir do registro da fala abaixo.

*Elas trabalham no manejo, tem sua hâstia, sua malhadeira, tem sua canoa, seu remo. E cada uma já vai procurar matar o pirarucu, com seu material, que igualmente é o do homem. Elas fazem igualmente o homem. Se o marido não tá, mas ela tá. Faz a mesma vez dele, a mesma pescaria. Porque tem casos assim que vai um casal né, ela fica de proera e, quando não, o marido fica na proa. É como eu estou lhe falando, **ali faz a vez de um e a vez de outro**. Se colocar ela pra soltar a rede, a malhadeira, né, ela vai soltar e o marido vai na proa; quando não o marido vai soltar a rede. **Todos dois é uma coisa só**. Todo tempo é assim o manejo que nos trabalha (Sr. D. S. comunidade S. F do Boia, 2015).*

A participação das mulheres no projeto está contribuindo para a valorização de outras atividades de pesca que realizam ao longo do ano, , para adquirir autonomia financeira e, possivelmente, redimensionar as relações de poder no espaço doméstico. Elas também estão buscando afirmar sua identidade como pescadora e o reconhecimento de sua

identidade ao se filiaram às organizações de pescadores – Colônias, Sindicatos e Associações. Desta forma, elas podem ser incluídas nas políticas públicas direcionadas à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais – aposentadoria, acesso ao SDP, ao salário maternidade etc. Assim, a construção de redes (LENTISCO; ALONSO, 2012) e a participação nas organizações pode ser um passo inicial para que elas tenham um protagonismo maior nesses projetos¹⁵ e, ao mesmo tempo, reforçar a luta da categoria como um todo, para serem reconhecidas pelo Estado, através de políticas públicas, como profissionais, e não simples agentes de apoio à pesca.

Estudo realizado por Frangoudes et al. (2008) mostrou que para defender seus interesses as pescadoras da Galícia se articulam em redes e formam associações para promover a igualdade de gênero no setor das pescas. Indiretamente, elas defendem os interesses dos homens já que nesses processos políticos as esposas de pescadores também se mobilizam e criam associações para cobrar dos estados nacionais políticas eficientes para o setor pesqueiro artesanal (2008, p. iv). Estudos como esse podem contribuir para demonstrar a importância do trabalho das mulheres com o desenvolvimento de uma pesca sustentável e para a melhoria na qualidade de vida das comunidades pesqueiras.

Considerações finais

Neste artigo procuramos analisar o modo como ocorre a participação das mulheres em um projeto de manejo de recursos pesqueiros, o Acordo de Pesca do Jutái-Cleto, com base em dados coletados por meio

15 Um exemplo de estratégia usada pelas pescadoras para superar a resistência dos homens à sua presença nos projetos de manejo é se organizar em associações, e formar redes, como é o caso das manejadoras da Z-32 de Maraã que criaram o GMA, e através deste grupo passou a reivindicar mais espaço dentro de uma organização que é a Colônia Z-32. Elas Também buscaram apoio do poder público, para executar projetos como a construção da sede da Colônia, que beneficiam o coletivo dos pescadores como um todo (PALHETTA, 2016; ALENCAR et al., 2015). São ações estratégicas que elas realizam e que podem criar novas oportunidades para o setor pesqueiro.



de pesquisa empírica junto aos participantes desse projeto que residem em comunidades situadas na RDS Mamirauá. O objetivo do artigo foi descrever as atividades e analisar mudanças na percepção sobre o trabalho e o lugar das mulheres nas atividades de pesca a partir do seu envolvimento nesse projeto.

Na análise procuramos destacar que esse projeto está contribuindo para tornar visível o trabalho das mulheres no espaço da pesca artesanal na Amazônia. Elas foram incorporadas como sujeitos ativos, participando das discussões relacionadas ao acesso e controle dos recursos pesqueiros e, sobretudo, da importância de adotar práticas que permitam sua conservação. A adoção de uma perspectiva de gênero na execução desse projeto, e que orientou a busca da equidade na elaboração das normas de participação, permite que elas participem dos processos de discussão e tomada de decisão sobre o acesso aos recursos pesqueiros e repartição da renda e assumam cargos dentro do coletivo que desenvolve o projeto. Tudo isso está contribuindo para o empoderamento das pescadoras.

As informações aqui apresentadas podem contribuir para dar visibilidade à participação das mulheres na pesca artesanal e na gestão de recursos pesqueiros, e influenciar mudanças nas políticas públicas voltadas a este setor, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento do seu trabalho e da sua identidade como pescadoras. Também pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro artesanal e à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais que valorizem as mulheres e sejam orientadas para a equidade de gênero no acesso aos recursos.

Os dados apresentados apontam para a importância desses projetos para a conservação de certas espécies, como o pirarucu, para as formas de participação das mulheres nas ações de conservação e na geração de renda, e para compreender as relações de poder e formas de atuação das mulheres nas tomadas de decisão. Contudo, não permitem ampliar a análise para a região como um todo, considerando-se a diversidade de situações social, política e ambiental nas quais as pescadoras estão inseridas. Portanto, é preciso realizar mais estudos em diferentes

contextos, de forma pontual, para compreender como esses e outros fatores estão contribuindo, de fato, para mudanças na vida social e política das pescadoras dessa região da Amazônia.

Agradecimentos

Ao CNPq (Processo: 471026/2014-0) pelo suporte financeiro; ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM-OS/MCT) pelo apoio financeiro e logístico para realizar as viagens de pesquisa de campo; à coordenadora e técnicos do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do IDSM; às pescadoras e pescadores e lideranças do projeto Acordo de Pesca do Jutai-Cleto; à Adriana Abreu e Sandra Palheta pelo diálogo, leitura e sugestões.

Referências

AGUILAR, L.; VALENCIANO, G. B. *QUIEN BUSCA... ENCUENTRA: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género* 1. ed. UICN/Absoluto. São José, Costa Rica, 1999. 82p.

ABREU, A. G. *As relações de gênero no contexto da pesca manejada de pirarucu da comunidade São Raimundo do Jarauá, RDS Mamirauá, AM*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais. UFPA. 2015.

ALENCAR, E. F. *O papel das mulheres na governança da pesca e na gestão de recursos pesqueiros na região do rio Jaupura*, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Projeto de Pesquisa. 2017.

———. *Mulheres pescadoras e a conservação ambiental de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Am)*, p.21-49. In: *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. (Org.). SCHERER, E. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.



ALENCAR, E. F. e SOUSA, I. S., Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, Am. Relatório Técnico. Projeto de Pesquisa. Tefé. 2012.

ALENCAR, E. F.; ALENCAR, E. F.; GONCALVES, A. C.. Modos de Interação com o Ambiente e Estratégias de Subsistência dos Moradores da Várzea do Rio Japurá (AM) In Fragmentos de Cultura (Online). , v.24, N 2, 2014, pp 303-317.

ALENCAR, E. F., e SOUSA, I. S. Tradição e Mudanças no modo de viver e habitar a várzea do médio rio Solimões, AM. *Illuminuras* (Porto Alegre)., v. 17, 2016, pp.203 232.

ALENCAR, E. F., et al. Gênero, Pesca e Ambiente: caracterização do trabalho e perfil sociodemográfico das mulheres pescadoras que participam de projetos de manejo de recursos pesqueiros nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, Am. Relatório Final de Pesquisa. CNPQ- Processo 471026/2014-0 - Belém, 2017.

ALENCAR, E. F.; PALHETA, S. P.; SOUSA, I. S. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas, p. 40-51 In: SCHERER, Elenise Faria (org.) *Aqui estamos nós: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

AMARAL, E.; SOUSA, I. GONÇALVES, A. C.; BRAGA, R.; CARVALHO, G, RONAN, P. e VILENA, J. *Manejo de pirarucus (Arapaima gigas) em lagos de várzea de uso exclusivo de pescadores urbanos: baseado na experiência do Instituto Mamirauá junto à Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã na cogestão do complexo de Lagos do Pantaleão, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas, Brasil*. RDSM. 76 p. Tefé: IDSM, 2011.

ARANTES C.C, Castello L, Stewart D.J, Cetra M, Queiroz H.L. Population density, growth and reproduction of arapaima in an Amazonian river-floodplain, p. 455-465. *Ecology of Freshwater Fish* 19, 2010.

AYRES, José Márcio, MOURA, Edila. F., LIMA-AYRES, Deborah de M. Estação Ecológica Mamirauá: o desafio de preservar a várzea na Amazônia. In: *Trópico em Movimento: alternativas contra a pobreza e a destruição ambiental no trópico úmido*. Belém: UFPa, POEMA, 1994.

BATISTA, V. S.; ISSAC, V. J. e VIANA, J. P. “Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia”. Em RUFINO, M. L. (ed.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. ProVárzea. Manaus, Ibama, 2004, pp. 63-152, 268 p.

BATISTA, V.S. Distribuição, dinâmica da frota e dos recursos pesqueiros na Amazônia Central. *Tese (Doutorado)*, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas. 1998, 282 p.

BRUGERE, Cecile. Mainstreaming gender in transboundary natural resources projects – the experience of the Bay of Bengal Large Marine Ecosystem (BOBLME) project, *Environmental Development* 11, 2014, p. 84-97. Disponível em: <<https://bit.ly/2LeHOQi>>. Acesso em: dez. 2017.

CASTELLO, L. A Method to Count Pirarucu *Arapaima gigas*: Fishers, Assessment, and Management. , p. 379-389. *North American Journal of Fisheries Management*. American Fisheries Society 2004.

DIOGENES, Antônia Mara Raposo. As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM. *Dissertação* (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2014. 137 p.





FAO. El estado mundial de la pesca y la acuicultura: contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma. 224 p., 2016a.

FAO. El rol de la mujer em la pesca y la acuicultura en Chile, Colombia, Paraguay y Perú: integración, sistematización y análisis de estudios nacionales informe final. Orgs. Cecilia Godoy A. (Chile) Hermes Orlando Mojica Benítez (Colombia) Viviana María Ríos Morinigo (Paraguay) David H. Mendoza Ramírez (Perú). FAO. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 2016b.

FAO. *El estado mundial de la pesca y la acuicultura*. Departamento de Pesca y Acuicultura de la. FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, Roma, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2GfkSSi>>. Acesso em: nov. 2017.

FAO. Rol de la mujer en la pesca artesanal en America Latina y estrategias para mejorarlo. *Oficina Regional para a América Latina y el Caribe*. Santiago, 1990, 36p.

FERRAZ, Pollianna. Monitoramento pesqueiro no médio Solimões, p. 1-4. *Boletim do Desembarque Pesqueiro*, Tefé, v. 5, n. 9, jan./jun. 2014.

FRANGOUDÉS, K., CARROL, M.; HOLMYARD, N.; MARUGÁN-PINTOS, B.; PASCUAL-FERNÁNDEZ, J.; RÖNN, C.; QUIST, C. El papel de las mujeres en el desarrollo sostenible de las zonas de pesca. Comisión de Pesca del Parlamento Europeo. Bruselas, Parlamento Europeo, 2008.

FURTADO, L. Pesqueiros reais e pontos de pesca, p. 03-24. *Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica*, v. 18, n. 1. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002.

FURTADO, L. G. *Pescadores do Rio Amazonas. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. 486p. MCT.CNPq-Museu Emilio Goeldi. Tese de Doutorado, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará*. Bol. Mus. Pa. Emilio Goeldi, Ser. Antropologia 6 (1), 1990. 93p.

GARCEZ, D. S., BOTERO, J. I. S. & FABRÉ, N. N. Caracterização das Pescarias de Subsistência e Comercial Praticadas por Ribeirinhos de Áreas de Várzea em Manacapuru, Baixo Solimões, Amazonas, Brasil. *Bol. Téc. Cient. Cepnor*, Belém, v. 9, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2SDR2YW>>. Acesso em: nov. 2017.

GERBER, R. M. Uma aventura antropológica: a perda da inocência, p.1-38. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 23, 2014.

HELLEBRANDT, L., RIAL, C., e LEITÃO, M. R. de F. A., Contribuições das teorias de gênero para a discussão sobre mulheres na pesca artesanal. In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 2013. >https://www.researchgate.net/publication/264607525_CONTRIBUICOES_DAS_TEORIAS_DE_GENERO_PARA_A_DISCUSSAO_SOBRE_MULHERES_NA_PESCA_ARTESANAL. Acesso em Nov 2017.

LENTISCO, Angela; ALONSO, Enrique. On Gender Mainstreaming Strategies and Tools in Fisheries Development Projects: RFLP Gender Strategy and Lessons from the Asia-Pacific Region, p. 105-117. Asian Fisheries Society. *Gender in Aquaculture and Fisheries: Moving the Agenda Forward Asian Fisheries Science Special Issue*. v. 25S, 2012.

LENTISCO, A., LEE, R. Beyond Fish Processors and Caregivers: Women as Primary, Secondary and Tertiary Fish Users. *Gender in Aquaculture and Fisheries: Navigating Change Asian Fisheries Science Special Issue 27S* (2014): 33-42.

McGRATH, D. G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C. R. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas:





uma avaliação preliminar, p. 389-420. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Eds.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém-PA, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

MESQUITA, Eliana F. M., O Papel da Mulher Brasileira no Setor Pesqueiro. In: *Primera Reunión de Puntos Focales de la Red Latinoamericana de las Mujeres del Sector Pesquero-Acuícola*. Informe Final. 5 y 6 de octubre del 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2BhlGAY>>. Acesso em: nov. 2017.

MIRANDA, G. S. Pescadoras consideradas: *O trabalho das mulheres de São Francisco do Boia em atividade pesqueira*. 45f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais – ênfase em Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará Belém-PA, 2015.

MONTEIRO, M. Y. *O pescador: histórias, instrumentos, técnica e folclore*. Manaus: EDUA-UFAM, 2010.

MURRIETA, R. S. A Mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo amazonas, p. 113-130. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, dez., 1999.

PALHETTA, S. P. “Mulher pesca? “Pesca mesmo!”: estudo sobre o trabalho e estratégias das pescadoras da Colônia de pescadores z-32, de Maraã- AM. Dissertação de Mestrado. PPGSA-UFPA. Belém-PA, 2016.

PAYNE, Ian. THE CHANGING ROLE OF FISHERIES IN DEVELOPMENT POLICY. *Natural Resource perspectives*, n. 59, jun. 2000.

PETRERE JR, M. *A pesca comercial no rio Solimões-Amazonas e seus afluentes: análise dos informes do pescado desembarcado no mercado municipal de Manaus (1976-1978)*. Manaus: Ciência e cultura, 1985.

PETRERE Jr., M. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais, p. 31-68. In: DIEGUES, A. C. (ed.). Populações humanas, rios e mares da Amazônia. *Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil*, São Paulo, 1992.

PETRERE Jr., M.; BATISTA, V. S.; FREITAS, C. E. C.; ALMEIDA, O. T.; SURGIK, A. C. S. Amazônia: ambientes, recursos e pesca. In: Edições IBAMA. *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca*, p. 11-17. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, IBAMA / ProVárzea, Manaus, 2007.

QUEIROZ, H. L. *Natural history and conservation of pirarucu, Arapaima gigas, at the Amazonian várzea: red giants in muddy waters*. PhD-Thesis, 226 p. St. Andrew (UK): University of St. Andrews. 2000.

QUEIROZ, H. L.; SARDINHA, A. D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus em Mamirauá p. 108-141. In: Queiroz, H.L.; Crampton, W. G. R Eds. *Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá*. Brasília: Sociedade Civil Mamirauá. Ministério de Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Pesquisa, 1999.

RAPOZO, P. H. C. *Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2010.

RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. Las pesquerias del bajo Amazonas: problemas de manejo y desarrollo, p. 37-46. *Acta Biologica*, Venezuela, v. 15, n. 2, 1994.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia, p. 165-182. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, 2005.



SCHMINK, M *Marco Conceitual sobre Gênero e Conservação com Base Comunitária*. Flórida: Universidade da Flórida, (Série de Estudos de Caso sobre Gênero, Participação Comunitária e Manejo dos Recursos Naturais, N. 01). (1999).

SILVA, E. C. S., Estudo sobre a participação das mulheres nas atividades de manejo de recursos pesqueiros desenvolvidas pela Associação de Produtores do Setor Caruara (APSC), RDS Mamirauá, AM. *Monografia* (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

SOARES, S. M. Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o Seguro Defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da várzea-AM. Manaus. *Dissertação* (Mestrado Cultura e Sociedade) Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SOARES, S. M. & SCHERER, E. Pescadoras mesmo: seguro defeso e reconhecimento no lago do Rei no Amazonas, In: *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento* (Org.) SCHERER, E. 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2013 pp.79-105.

SOUZA, A. P. S. e. As mulheres pescadoras e a gestão de recursos pesqueiros na RDS Amanã: o caso do Acordo de Pesca do Paraná Velho. *Monografia* (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

SOUZA, R. H. de S., e VAL, A. L. O gigante das águas. *Ciência hoje*. Vol. 11/N. 64, 1990. Pp.09-12.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*- Campinas-SP. Editora da Unicamp. 2006.

THOMPSON, Paul. Women in the Fishing: The Roots of Power between the Sexes. *Comparative Studies in Society and History*, p. 3-32, v. 27, n. 1, Cambridge University Press. jan., 1985.

Disponível em: <<https://bit.ly/2EsgU7e>>. Acesso em: dez. 2017.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: UFPA, 1970.

VIANNA, J. P. Manejo dos Recursos Pesqueiros na Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá. In: *Anais do III Simpósio Nacional de Ciências da Engenharia Ambiental*. Experiências em Direção do Desenvolvimento Sustentável: 20-22). Escola de Engenharia de São Carlos, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada. São Carlos-SP, 1998.

WILLIAMS, M. J.; M. PORTER, P.S.; CHOO, K.; KUSAKABE, V.; VUKI, N.; GOPAL, M. Bondard-Reantaso. Gender in Aquaculture and Fisheries: Moving the Agenda Forward. 276p. *Asian Fisheries Science* (Special Issue), 25S. 2012.

WILLIAMS, M. J. Why Look at Fisheries through a Gender Lens? p. 180-185. *Development*, 51. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2RPJ92t>>. Acesso em: dez. 2017.